

DF - Cidade

EDITOR: Paulo Fona
 SUBEDITORA: Paula Santa Maria
 COORDENADORA DE REPORTAGEM: Ana Castro
 TELEFONE: (061)321-2123 / ramais 180, 181 e 188
 FAX: (061)323-6697

DECISÃO ADIADA

Projeto da Estrutural será votado 3ª feira

O governo conseguiu vencer o primeiro round de um confronto político sem precisar expor sua bancada ao desgaste da opinião pública. A votação do segundo turno do projeto que cria a Cidade Estrutural foi adiada para a próxima terça-feira.

Assim, o governo terá mais tempo para aperfeiçoar o projeto, porque está difícil derrubá-lo. Se fosse votado ontem na Câmara Legislativa, a derrota não seria esmagadora, mas se tornaria inevitável.

O placar registraria pelo menos 13 votos favoráveis contra 11 aprovando-se, assim, o projeto que implanta a Cidade Estrutural, perto do Plano Piloto.

Os governistas estavam tentando arrebanhar os votos dos deputados de oposição simpáticos à ideia de rejeitar o projeto. Mesmo porque dois dos votos que sempre fecham com o governo estavam com a oposição: o do autor da matéria, deputado José Edmar (PSDB), e de João de Deus (PDT).

Rejeição — Uma fígada difícil, pois apesar de o projeto estar entalado na garganta de muitos parlamentares, a maioria tem dificuldades para assumir a rejeição a uma proposta de grande impacto social.

O deputado Jorge Cauhy (PP) admitiu ser contra o assentamento por considerá-lo um benefício aos invasores que não precisam do local. "Mas tenho um compromisso com a minha bancada e não posso contrariar a decisão da liderança", confessou.

Cauhy era uma esperança governista para manter o placar empatado e desempatá-lo com o voto minerva da presidência.

No entanto, o próprio Geraldo Magela confessou sua simpatia pelo projeto, mas tomou o cuidado de dizer da tribuna que seria mais prudente adiar a votação.

Já o deputado César Lacerda (PRN), que sempre votou contra os projetos do governo, pediu desculpas ao líder da oposição, deputado Luiz Estevão (PP), e se declarou opositor ao projeto.

"Compreendo a situação aflitiva dos invasores, mas existem milhares de lotes vagos. O que falta é vontade política do governo em assentar os moradores do Lixão nas cidades existentes", afirmou Lacerda.

Tina Coêlho



Duzentas pessoas enfrentaram o frio e dormiram na porta da Câmara Legislativa, aguardando o início da votação

Apreendidas 10 armas brancas

A galeria que acompanharia a votação do projeto de criação da Cidade Estrutural estava orientada para viar os deputados do PT, virar de costas quando fossem discursar e evitar jornalistas.

Para dar as instruções, Marlene Cavalcante Mendes e João Joaquim Batista, dirigentes da associação de moradores, ficavam em cima das cadeiras na primeira fila.

"Vira gente", repetia Marlene, quando os petistas começavam a falar. "Ele é contra nós", gritava, censurando os aplausos para o deputado César Lacerda (PRN).

Durante a sessão, os seguranças da Câmara Legislativa apreenderam sete canivetes, duas facas e uma tesoura entre os populares que lotavam a galeria.

Resistência — Duzentas pessoas dormiram acampadas na porta da Câ-

mara Legislativa e enfrentaram um frio de 13 graus, ontem de madrugada, para aguardar o início da votação.

Cobertores, travesseiros, sacolas, garrafas térmicas e biscoitos estavam espalhados pela galeria.

"César Lacerda quer é botar lá a Artec, a construtora dele", disse Marlene. O deputado explicou que está desligado da empresa há oito anos.

"Esta ocupação só beneficiaria empresas de construção e de material. Eu estive na Estrutural e aquilo é especulação pura", afirmou Lacerda, que já foi invasor.

Kit — Lacerda disse ter visto centenas de barracos padronizados, usados para demarcar lote.

Na galeria, ao lado do casal de dirigentes, estava Euclides Ferreira, dono de uma casa confortável em Taguatinga Sul, uma farmácia na Vila Dimas e diretor do jornal *DF Notícias*.

Euclides liderou os moradores da invasão da Boca da Mata, que depois foram assentados em Samambaia.

Junto com Euclides estava Farias, dono de uma madeireira na Vila Areal, em Taguatinga, que ontem emprestou uma Belina bege com alto-falante à Associação dos Moradores da Estrutural.

Entre as pessoas acotoveladas na galeria estava um primo distante da deputada Maninha, Antônio Ribeiro, que luta para que os filhos Antônio Carlos e Antônio Márcio tenham seu lote.

"Eu fui criado junto com o pai dela, José Martins, em Januária (MG). Eu queria explicar o projeto, para ela não votar contra nós", explicava ele.

Ao final da sessão, a invasora Euzé Bispo teve uma crise de hipertensão e foi levada para o Hospital Regional da Asa Norte.

LIXÃO

Governo reconhece direito

O governador Cristovam Buarque disse ontem que o governo vai reconhecer o direito dos moradores mais antigos da invasão da Estrutural.

No entanto, foi evasivo ao dizer qual será o destino deles. "Vamos reconhecer o direito das pessoas que estão lá há 15 anos", afirmou.

Indagado sobre a permanência dessas famílias no local, ele desconvensou: "Nem sei se elas querem ficar lá."

O governador se referiu aos moradores que ocupam há anos uma vila próxima ao aterro sanitário, o que fez o local ser conhecido como invasão do Lixão.

No fim do ano passado, outros invasores se instalaram nas vizinhanças da vila, iniciando a invasão da Estrutural.

Lixo — Para o coordenador do Serviço de Vigilância Integrada do Solo (Siv-Solo), tenente coronel Paulo César, a diferença entre as duas populações é nítida.

"Os antigos moradores vivem do lixo, e os outros até evitam chegar perto do aterro", comparou.

Cristovam também faz distinções entre os dois grupos.

"Os novos invasores estão sujeitos à lista do Idhab (Instituto de Desenvolvimento Habitacional, antiga Shis)", observou o governador.

Ele não pretende permitir que os mais novos moradores do local furem a fila do Idhab e recebam terrenos do governo sem cumprir as exigências do programa de distribuição de lotes.

Descontente com a tramitação na Câmara Legislativa do projeto que cria a Cidade Estrutural, o governador mandou um recado para os deputados distritais.

"Quero que eles se juntem a nós para defender a reforma agrária em todo país. Só com isso poderemos resolver os problemas habitacionais do Distrito Federal sem estimular a imigração", declarou.

Acordo levou duas horas

Um acordo costurado durante duas horas no gabinete do presidente da Câmara Legislativa, Geraldo Magela (PT), adiou para a próxima terça-feira a votação do projeto de lei que cria a Cidade Estrutural.

Metade da casa participou da reunião, que começou às 13h30. Entre os 12 deputados presentes estavam os líderes Luiz Estevão (PP), Antônio Cafu (PT), e do governo, Lúcia Carvalho.

Apenas dois deles — Marcos Arruda (PSDB) e Manuel Andrade (PP) — discordaram do adiamento da votação e defenderam a realização, ontem mesmo, da sessão extraordinária.

As três sessões que separam a de ontem da decisiva serão usadas para alinhar proposta consensual.

Um dos pontos em discussão é a definição de percentuais da área que deverão ser destinados a moradia, indústria e comércio.

Mista — Estevão defende a criação de 15 mil lotes residenciais (25% da área) e a destinação de 5 milhões de metros quadrados (75% da área) para empresas. Magela também quer

a ocupação mista da área.

Já o autor do projeto original, José Edmar (PSDB), acredita que isso não é problema do Legislativo. "Quem define a forma de implantação do projeto é uma comissão nomeada pelo Executivo."

Ele aproveitou a reunião para se meter o que pretende ver transformado numa emenda, "de preferência apresentada por Magela".

Trata-se de definir que a venda dos lotes para empresas só poderá ser feita pela Terracap por meio de licitação pública, contrariando dispositivo que permite a compra subsidiada pelo Prodecom (Programa de Desenvolvimento Econômico).

Segundo o deputado, isso permitiria ao governo arrecadar recursos para implementar infra-estrutura na Cidade Estrutural e em outros assentamentos.

"Não vou apresentar emenda nenhuma nesse sentido. A proposta não é minha. Isso está me parecendo uma armadilha", reagiu Magela. "Esta é uma decisão para o Executivo tomar", completou.